

Tânia de Sousa Elias

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Do Litígio ao Consenso

Redesenhando o Interesse Público

*Prefácios de Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e
Humberto Dalla Bernardina de Pinho*

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0148-7

1235950

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Elias, Tânia de Sousa.

E42 **Administração pública: do litígio ao consenso,
redesenhando o interesse público./ Tânia de Sousa
Elias./ Curitiba: Juruá, 2023.**
124p.; 21cm

1. Administração pública. 2. Conciliação. 3. Mediação. 4. Poder público. I. Título.

CDD 351 (22.ed)
CDU 35

00147

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
INTRODUÇÃO	21
1 O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A SOLUÇÃO POR AUTOCOMPOSIÇÃO.....	25
1.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O EFETIVO ACESSO A UMA ORDEM JURÍDICA JUSTA	28
1.2 REDESENHANDO O INTERESSE PÚBLICO E SUA (IN)DISPONIBILIDADE	33
1.3 O ART. 174 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: DO LITÍGIO AO CONSENSO	39
1.4 DISTINÇÃO ENTRE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (?).....	42
2 AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS E OS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	45
2.1 A CONFIDENCIALIDADE E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE ...	46
2.2 A DURAÇÃO RAZOÁVEL DOS PROCEDIMENTOS NO ÂMBITO JUDICIAL E ADMINISTRATIVO.....	50
2.3 A ATUAÇÃO DO ADVOGADO PÚBLICO COMO MEDIADOR/ CONCILIADOR E A NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA À IMPARCIALIDADE NA CONDUÇÃO DAS SESSÕES	56
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ATUALIDADE.....	59
3.1 A CÂMARA DE MEDIAÇÃO E DE CONCILIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	60

3.2	NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	62
3.2.1	Núcleo de Autocomposição da Procuradoria Geral do Estado (NAC/PGE)	62
3.2.2	O Protocolo de Procedimentos 01/2016 na Área da Educação... ..	63
3.2.3	Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS) – Capital ...	64
3.2.4	Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS) – Interior... ..	66
3.2.5	A Câmara Administrativa de Solução de Controvérsias (CASC).. ..	67
3.2.6	Do Ambiente de Diálogo e Composição Interna (ADCI).....	73
3.3	NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS.....	74
3.3.1	Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA).....	74
3.4	NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARÁ.....	76
3.4.1	Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem da Procuradoria Geral do Pará (CAMPGE).....	76
3.5	NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS.....	80
3.5.1	Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos.....	80
4	APLICAÇÃO DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO.....	81
4.1	AÇÃO CIVIL PÚBLICA 0258659-83.2018.8.19.0001	82
4.2	PROCESSO 0009193-81.2010.8.19.0067.....	83
4.3	PROCESSO 0056589-17.2017.8.19.0000.....	84
4.4	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 1.345.423 – AL (2018/020 6021-2).....	86
4.5	INSTALAÇÃO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA FAZENDA PÚBLICA (CEJUSCS) ..	88
5	CONTRIBUIÇÕES PARA O INCREMENTO NA REALIZAÇÃO DE ACORDOS EFICAZES NO ÂMBITO DAS CÂMARAS ADMINISTRATIVAS.....	89
5.1	O RESGATE DA CONFIANÇA DO PARTICULAR E A BUSCA PELA ATUAÇÃO PROATIVA POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	90

5.2	DA PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTOS CONTRADITÓRIOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	91
5.3	OS ACORDOS REALIZADOS SÃO IMUTÁVEIS OU PODERÃO ADMITIR NOVAS NEGOCIAÇÕES?	100
5.4	NEGOCIAÇÃO DIRETA EM SEDE DE PRECATÓRIO.....	105
6	CONCLUSÃO.....	107
	REFERÊNCIAS	109
	ÍNDICE REMISSIVO.....	113